EDIÇÃO Nº 7 TERÇA-FEIRA, 17 DE NOVEMBRO DE 2026

THE SUMMIT

Política, economia, religião e direito, temas juntos e misturados.



Imagem: Terra

R$ 5,78

O dólar volta ao maior valor em 19 meses

BRASIL

Senado decide hoje quanto sobra do ajuste fiscal

DIREITO

A 6x1 a 30 dias: o que vale sem o Supremo

RIO

Na Maré, a 17ª operação do ano fecha 41 escolas

CONVIDADO

Henrique Neves e a IA sem euforia

NESTA EDIÇÃO

Sumário

Edição Nº 7 · Terça-feira, 17 de novembro de 2026. As notícias de segunda-feira, 16 de novembro, explicadas.

OPINIÃO

Editorial · *O recado de R$ 5,78* 3

BRASIL

Senado decide hoje quanto sobra do ajuste fiscal 5

Lula volta e a Fazenda vira a escolha mais cara 7

RIO DE JANEIRO

Na Maré, a 17ª operação do ano fecha 41 escolas 9

DIREITO

A 6x1 a 30 dias do prazo 11

Moraes e as visitas a Bolsonaro 13

ECONOMIA E MERCADOS

O dia em que o dólar foi a R$ 5,78 15

MUNDO

Irã abre duas frentes contra os EUA 17

Nvidia sem Huang arrasta Wall Street 19

RELIGIÃO

Leão XIV se despede da América do Sul 21

PRINCIPAL

Briefing · *como funciona o ajuste* 23

Convidado especial · *Henrique Neves* 26

COLUNA E SERVIÇO

O Rio não pode se acostumar com escola fechada · *Matheus Senra* 32

Agenda de amanhã · Fontes 34

EDITORIAL · A POSIÇÃO DA REVISTA

O recado de R$ 5,78

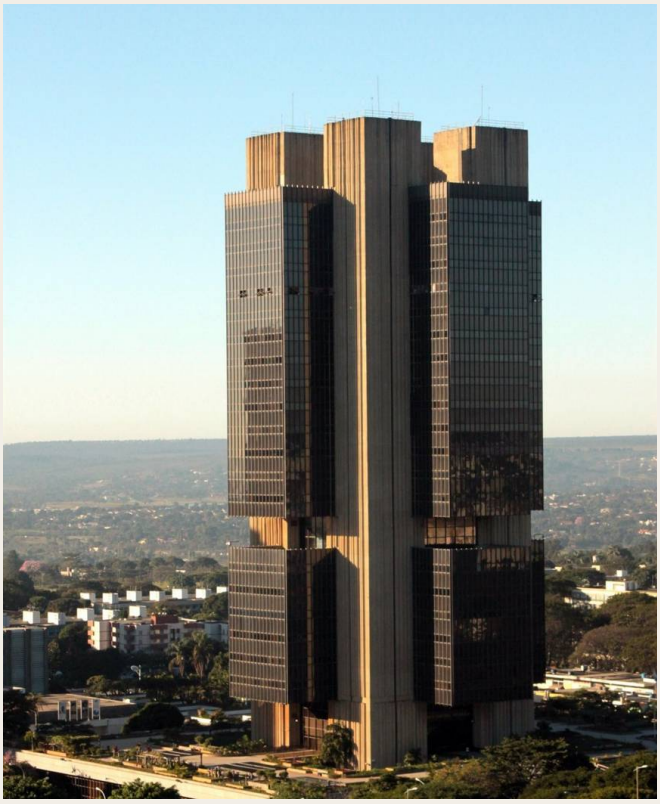
O Senado deve aprovar o ajuste sem desidratá-lo, mas o governo precisa entender que receita não substitui corte de gasto

R$ 5,7777	82,9%	-0,9%	45 a 31
DÓLAR, MAIOR VALOR DESDE ABRIL DE 2025	DÍVIDA BRUTA SOBRE O PIB	IBC-BR NO 3º TRIMESTRE	PLACAR DO TEXTO-BASE

Mercados exageram, mas raramente mentem por muito tempo. Nesta segunda-feira o dólar subiu 2,17% e fechou a R$ 5,7777, o maior valor desde abril de 2025. O Ibovespa perdeu 1,83%, os juros futuros avançaram até 28 pontos-base e o Morgan Stanley rebaixou as ações brasileiras para *underweight*, com a previsão de que a bolsa termine 2027 abaixo do nível atual. O exterior ajudou, com a queda das empresas de inteligência artificial em Nova York. Mas o movimento do real foi pior que o de seus pares, e a explicação está em Brasília.

O país chega ao fim de 2026 com dívida bruta de R$ 11,1 trilhões, ou 82,9% do PIB, o maior patamar desde 2021, segundo o Banco Central. A atividade perdeu fôlego: o IBC-Br, a prévia do PIB calculada pelo BC, caiu 0,9% no terceiro trimestre, a primeira queda em um ano, com a Selic em 13,75%. Juros altos, economia parando e dívida subindo formam a combinação que investidores mais temem, porque estreita a saída. Sem crescimento, a arrecadação não sobe. Sem arrecadação, a dívida cresce. Com dívida crescendo, o juro não cai.

É nesse quadro que o Senado conclui hoje a votação do PLP 299/2026. O texto-base, aprovado por 45 votos a 31, autoriza bloqueios adicionais de despesas, reduz de 2,5% para 2% o crescimento real permitido do gasto nos anos de contenção, corta benefícios tributários e adia parte dos repasses da Lei Kandir. O governo estima ganho de até R$ 56,1 bilhões em 2027. Quatro destaques da oposição podem retirar pedaços desse número.



Sede do Banco Central, em Brasília. Imagem: Banco Central

Esta revista defende que o Senado rejeite os destaques e mande o texto inteiro à Câmara. Não porque o pacote seja bom, mas porque derrubá-lo agora seria pior. Um ajuste aprovado pela metade, a seis semanas do Orçamento de 2027, sinalizaria que nem o pouco que o governo propôs sobrevive ao Congresso. A margem é estreita: em projeto de lei complementar, a maioria absoluta é de 41 senadores, e o texto passou com apenas quatro de folga.

O dólar a R$ 5,78 não é uma sentença. É um aviso.

A segunda parte do recado vai para o Palácio do Planalto. A maior parte do pacote vem de receita ou de redução de benefícios, não de corte de despesa. O próprio ministro do Planejamento, Bruno Moretti, calcula em R$ 15 bilhões o que virá das renúncias fiscais. É dinheiro necessário, mas é dinheiro que depende de a economia não desacelerar, e a economia está desacelerando. Ajustes baseados em arrecadação são os primeiros a falhar quando o ciclo vira. O mercado sabe disso, e por isso o dólar sobe mesmo com o texto-base aprovado.

Há também uma questão de comando. Lula voltou ao Brasil nesta segunda sem ter escolhido o ministro da Fazenda do quarto mandato, que começa em 5 de janeiro. Os nomes em discussão (Geraldo Alckmin, Dario Durigan, Rafael Fonteles e Bruno Moretti) têm perfis muito diferentes, e cada dia de indefinição é cobrado no câmbio. Um ministro com trânsito no Congresso e compromisso público com a contenção da despesa obrigatória vale mais do que qualquer destaque.

O caminho é conhecido, ainda que politicamente caro: rever regras de indexação de despesas, enfrentar os supersalários que o próprio projeto manda regulamentar e tratar a avaliação de gastos como rotina, não como exceção. Nada disso exige romper o arcabouço; exige apenas cumpri-lo com seriedade.

O dólar a R$ 5,78 não é uma sentença. É um aviso. O Senado pode atendê-lo hoje, preservando o texto. O governo pode atendê-lo nas próximas semanas, com uma escolha clara para a Fazenda e um plano de despesa que não dependa da sorte. Se nenhum dos dois o fizer, o próximo aviso virá mais caro.

O QUE ESTA REVISTA DEFENDE

O dólar a R$ 5,78 é um aviso. O Senado e o Planalto podem atendê-lo.

1. **No Senado:** rejeitar os quatro destaques e enviar o texto inteiro à Câmara.

2. **No Planalto:** anunciar logo um ministro da Fazenda com trânsito no Congresso.

3. **No médio prazo:** enfrentar o crescimento das despesas obrigatórias, e não só elevar a receita.

BRASIL · SENADO

Senado decide hoje quanto sobra do ajuste fiscal

Quatro destaques da oposição podem tirar pedaços do PLP 299/2026, que promete até R$ 56,1 bilhões em 2027; o texto precisa de 41 votos e passou com 45



Plenário do Senado Federal. Imagem: Reprodução

45 a 31	R$ 56,1 bi	2%	41
PLACAR DO TEXTO-BASE	GANHO ESTIMADO EM 2027	NOVO TETO REAL DO GASTO, ANTE 2,5%	VOTOS DA MAIORIA ABSOLUTA

O plenário do Senado conclui nesta terça-feira (17) a votação do projeto de ajuste fiscal do governo, o PLP 299/2026. O texto principal foi aprovado na quinta-feira (12), por 45 votos a 31, mas o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), adiou a análise dos quatro destaques apresentados pela oposição, propostas de alteração votadas separadamente. Segundo ele, o intervalo daria aos senadores tempo para avaliar os pontos pendentes. Concluída a votação, a proposta segue para a Câmara dos Deputados.

O texto aprovado é um substitutivo do senador Eduardo Braga (MDB-AM) ao projeto de lei complementar apresentado pelo senador Jaques Wagner (PT-BA) a pedido do Poder Executivo. Ele altera o arcabouço fiscal, a Lei Complementar 200/2023, em três frentes. Primeiro, permite ao governo fazer bloqueios adicionais de despesas para alcançar a meta. Segundo, a partir de 2027, reduz de 2,5% para 2% o limite de crescimento real dos gastos nos anos em que medidas de contenção forem acionadas. Terceiro, corta benefícios tributários, em redução linear de 10%, adia parte dos repasses devidos aos estados pela Lei Kandir e fixa prazo para o Congresso regulamentar os supersalários no serviço público.

Pelas contas do Executivo, as medidas melhoram o resultado das contas públicas em até R$ 56,1 bilhões em 2027. Nesta segunda-feira, o ministro do Planejamento, Bruno Moretti, afirmou que os cortes em renúncias fiscais devem render R$ 15 bilhões. O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, disse que o projeto não altera a regra do piso constitucional da saúde, embora o texto aprovado exclua do cálculo do piso a receita extra do petróleo até 2030, ponto criticado por entidades do setor.

“Todo destaque supressivo, quem tem que colocar os 41 votos não somos nós, são eles.” Eduardo Braga, relator

O que está nos destaques. Os quatro pedidos de votação em separado foram apresentados pelos senadores Alan Rick (Republicanos-AC), Izalci Lucas (PL-DF) e Rogério Marinho (PL-RN), líder da oposição. Um deles retira a regra que adia R$ 12 bilhões em transferências aos estados entre 2027 e 2030, o trecho da Lei Kandir que mobilizou governadores na semana passada. Outro separa o dispositivo que limita a R$ 3 bilhões por ano as compensações financeiras entre os regimes de previdência. O terceiro derruba restrições ao uso de créditos tributários pelos contribuintes. O quarto trata do ritmo de crescimento de despesas em determinadas operações, com piso de 0,6%.

A aritmética é apertada. Projetos de lei complementar exigem maioria absoluta, 41 dos 81 senadores, e o texto-base passou com 45. Nos destaques supressivos, governo e oposição disputam qual lado precisa reunir os votos. O relator defendeu nesta segunda a rejeição de todos os pedidos e a manutenção integral do texto: “Os destaques não são meus. Todo destaque supressivo, quem tem que colocar os 41 votos não somos nós, são eles”, disse Braga, que quer o projeto enviado à Câmara logo depois da votação.

A Câmara já se prepara. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), prometeu celeridade, e o governo articula para que os deputados votem o texto ainda neste mês, a tempo de o Orçamento de 2027 ser fechado com as novas regras. A Comissão Mista de Orçamento discute nesta semana as emendas à Lei Orçamentária. Se a Câmara alterar o projeto, ele volta ao Senado, o que empurra o calendário para dezembro.

O outro lado. As críticas vêm de dois flancos. A oposição diz que o pacote é tímido no corte de despesas e transfere custo para estados e municípios, e por isso concentrou os destaques na Lei Kandir e nas compensações. Na esquerda, mais de 80 deputados do PT, PSOL, PCdoB e PV assinaram propostas de aumento de impostos sobre os mais ricos, tendo o deputado Pedro Uczai (PT-SC) como primeiro signatário, como alternativa às restrições de gasto. Movimentos sociais, centrais sindicais e a UNE convocaram atos contra o que chamam de austeridade. O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), defendeu um debate “legítimo” sobre o tema, mas pediu união da base.

O mercado, por sua vez, leu o texto como insuficiente. No dia em que o Senado retoma a votação, o dólar fechou a R$ 5,7777, maior valor desde abril de 2025, e os juros futuros subiram em toda a curva. Analistas apontam que a maior parte do ganho de 2027 depende de arrecadação, não de redução estrutural de despesa.

O que muda agora. Se os destaques forem rejeitados, o texto vai à Câmara como está, e o governo terá aprovado no Senado a primeira mudança no arcabouço desde 2023. Se o destaque da Lei Kandir passar, os estados preservam R$ 12 bilhões em repasses até 2030, e a União precisa encontrar outra fonte para a mesma conta. Em qualquer cenário, a votação de hoje define o ponto de partida do Orçamento de 2027 e a primeira impressão do quarto mandato de Lula no Congresso.

OS QUATRO DESTAQUES EM VOTAÇÃO

Lei Kandir. Retira o adiamento de R$ 12 bi em repasses aos estados entre 2027 e 2030.

Previdência. Separa o limite de R$ 3 bi por ano nas compensações entre regimes.

Créditos tributários. Derruba restrições ao uso de créditos pelos contribuintes.

Despesas. Trata do ritmo de crescimento de gastos em certas operações, com piso de 0,6%.

BRASIL · GOVERNO

Lula volta ao Brasil e a Fazenda vira a escolha mais cara do quarto mandato

Com dívida de R$ 11,1 trilhões e dólar em alta, o presidente decide entre quatro nomes; no Senado, a disputa pela presidência de 2027 já divide a direita

4	82,9%	5 jan 2027	1º fev 2027
NOMES EM AVALIAÇÃO PARA A FAZENDA	DÍVIDA BRUTA SOBRE O PIB, SETEMBRO	POSSE DO QUARTO MANDATO	ELEIÇÃO NO SENADO



O presidente Lula, que retomou a agenda em Brasília. Imagem: Estadão

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva desembarcou no Brasil nesta segunda-feira (16), depois de passar pela COP31, na Turquia, e pela cúpula da Asean, nas Filipinas, com uma decisão pendente que o mercado passou a precificar dia a dia: quem comandará o Ministério da Fazenda a partir de 5 de janeiro de 2027, quando começa o quarto mandato. Pela Emenda Constitucional 111, de 2021, é a primeira posse presidencial fora do 1º de janeiro.

Quatro nomes estão sobre a mesa, segundo relatos de auxiliares do Planalto publicados pela imprensa. O vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) tem o maior peso político, mas é o mais distante do dia a dia técnico da pasta. Dario Durigan, atual ministro, representa a continuidade: advogado formado pela USP, foi secretário-executivo da Fazenda desde 2023 e trabalha com Fernando Haddad desde a prefeitura de São Paulo; assumiu o cargo quando Haddad saiu para disputar o governo paulista. Rafael Fonteles, governador do Piauí, foi secretário estadual de Fazenda e presidiu o Comsefaz, o comitê dos secretários estaduais; fontes do Planalto ouvidas pelo g1 o apontam como o preferido de Lula até aqui. Bruno Moretti, ministro do Planejamento, economista e ex-presidente do conselho da Petrobras, é visto como o mais técnico dos quatro.

Aloizio Mercadante, cotado em parte do noticiário, descartou a hipótese. “Minha expectativa é permanecer no BNDES”, afirmou nesta segunda. Aliados de Lula avaliam, segundo a CNN Brasil, que Moretti deve continuar no Planejamento, o que reduziria a lista a três nomes na prática.

> *O ministro “precisa ter boa interlocução não só com o mercado, mas também com o Congresso”. Adriana Dupita, Bloomberg Economics*

Por que a escolha pesa. A dívida bruta do governo geral chegou a R$ 11,1 trilhões em setembro, 82,9% do PIB, o maior patamar desde 2021, segundo o Banco Central. A razão subiu 4,3 pontos percentuais no ano, sobretudo pelo efeito dos juros. O próximo ministro herda o ajuste que o Senado vota nesta terça, um Orçamento de 2027 ainda em negociação e uma economia em desaceleração. Na leitura de analistas citados pela imprensa econômica, a indefinição foi um dos fatores que levaram o dólar a R$ 5,78 nesta segunda, ao lado do pacote fiscal, do IBC-Br fraco e da queda das bolsas americanas.

Lula tem resistido a anunciar nomes cedo, e não há data para o anúncio. O próprio governo trata a escolha como sinal: um nome com trânsito no mercado e no Congresso indicaria continuidade da agenda de Haddad; um nome mais político, como Alckmin, ou com origem na gestão estadual, como Fonteles, indicaria uma Fazenda mais voltada à coordenação com estados e com a base parlamentar.



Dario Durigan, ministro da Fazenda. Imagem: Wikipedia

O outro tabuleiro: o Senado. Enquanto o Planalto monta o ministério, a disputa pela presidência do Senado para o biênio 2027 e 2028, marcada para 1º de fevereiro, já mexe com as votações desta semana. Davi Alcolumbre (União-AP) busca a recondução com apoio do governo Lula e de partidos do centro. Na oposição, Rogério Marinho (PL-RN), líder da bancada e coordenador da campanha presidencial de Flávio Bolsonaro, e Tereza Cristina (PP-MS), líder do PP, mantêm candidaturas e negociam um nome único. O PL terá a maior bancada da próxima legislatura, mas, mesmo somando os votos do Novo, faltariam a Marinho cerca de nove votos para os 41 necessários, segundo levantamento publicado pela imprensa sul-mato-grossense.

Nesta segunda, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo, negou o pedido da defesa de Jair Bolsonaro para receber Marinho, Tereza Cristina e o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, por entender que os encontros teriam "nítida motivação político-partidária" ligada justamente à eleição do Senado. A decisão é analisada na seção de Direito desta edição.

O outro lado. Aliados do presidente afirmam que não há pressa e que o anúncio do ministério virá em bloco, depois da votação do ajuste. A oposição sustenta que a demora alimenta a desconfiança e que a nova equipe econômica precisa ser conhecida antes da votação do Orçamento.

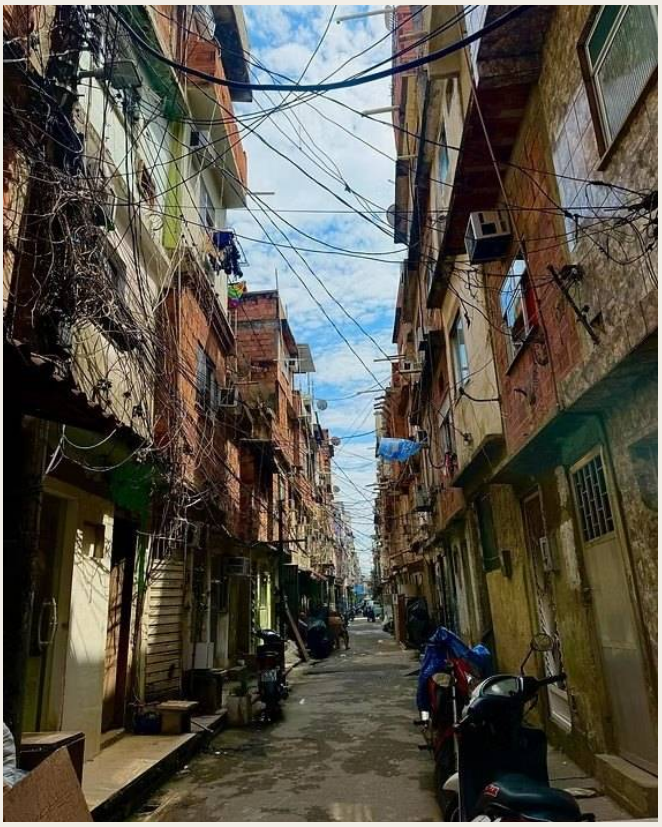
O que muda agora. Com Lula de volta a Brasília, a expectativa é de reuniões ao longo da semana com ministros e líderes partidários. Até que o nome da Fazenda seja anunciado, cada dado fiscal e cada votação no Congresso tende a ser lido pelo mercado como pista sobre o rumo do quarto mandato.

RIO DE JANEIRO

Na Maré, a 17ª operação do ano fecha 41 escolas

Ações da PM em pelo menos dez favelas deixam 68 escolas municipais sem aula; o estado também confirma a primeira morte por mpox do país em 2026

41	68	200	382
ESCOLAS MUNICIPAIS FECHADAS NA MARÉ	ESCOLAS SEM AULA NA CIDADE	POLICIAIS NA OPERAÇÃO	CASOS DE MPOX NO ESTADO EM 2026



Beco no Complexo da Maré, Zona Norte do Rio. Imagem: CEASM

A semana começou no Rio com o roteiro conhecido. Ainda de madrugada, cerca de 200 policiais militares do Batalhão de Choque, do Batalhão de Ações com Cães, do Batalhão Tático de Motociclistas e do Bope entraram com blindados em seis comunidades do Complexo da Maré, na Zona Norte: Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau, Fogo Cruzado, Vila dos Pinheiros, Vila do João e Conjunto Esperança. O alvo, segundo a PM, eram criminosos ligados à facção Terceiro Comando Puro. Para dificultar o avanço, foram incendiadas barricadas nos acessos, depois removidas com retroescavadeiras.

Foi a 17ª operação policial do ano na Maré, e a segunda em cinco dias. Na quarta-feira (11), uma ação no Parque União e na Nova Holanda já havia fechado 22 escolas e bloqueado temporariamente a Avenida Brasil e a Linha Vermelha.

A conta na educação. Segundo a Secretaria Municipal de Educação, 41 unidades escolares da Maré não funcionaram nesta segunda. Duas escolas estaduais da região também fecharam, e a UFRJ, vizinha ao complexo, cancelou as aulas. Somadas a operações em outras favelas, entre elas Vila Kennedy (16 escolas), Gardênia Azul e Anil (7), Quitungo e Guaporé, em Brás de Pina (3), e o Complexo do Chapadão (1), a rede municipal teve 68 escolas fechadas ou com aulas suspensas. A Secretaria Municipal de Saúde informou que quatro unidades de Atenção Primária suspenderam o atendimento.

> *Entre 2016 e 2025, as 49 escolas públicas da Maré ficaram 163 dias sem aula. Redes da Maré*

Os números acumulados explicam por que o tema se tornou central para pesquisadores da área. Levantamento da organização Redes da Maré mostra que as 49 escolas públicas do conjunto de favelas ficaram 163 dias sem aula entre 2016 e 2025. Um

aluno que entrou no ensino fundamental em 2016 e se formou em 2025 perdeu o equivalente a 81,5% de um ano letivo, cujo mínimo legal é de 200 dias. Estudo do Unicef com o Instituto Fogo Cruzado contou 188.694 alunos da rede municipal com o trajeto para a escola interrompido por violência armada entre janeiro de 2023 e julho de 2025, cerca de 30% dos que usam transporte público.

O outro lado. A Polícia Militar sustenta que as operações cumprem mandados e combatem o domínio armado de facções, que usam as barricadas para impedir a entrada do Estado. Até o fechamento desta edição, a corporação não havia divulgado balanço de presos, apreensões ou feridos. Organizações da Maré cobram a aplicação de protocolos que reduzam o impacto sobre escolas e postos de saúde, como restrições de horário e comunicação prévia às redes de ensino.

A transição no Palácio Guanabara. O tema chega ao governador eleito, Douglas Ruas, que assume em janeiro prometendo reforço de 15 mil policiais militares e uma revisão de gastos diante de um orçamento de 2027 que prevê déficit próximo de R$ 14 bilhões. A combinação de mais efetivo e menos dinheiro será um dos primeiros testes do novo governo. Na prefeitura, Eduardo Cavaliere (PSD) administra a rede municipal, a mais afetada pelos fechamentos.

Saúde: a primeira morte por mpox. A Secretaria de Estado de Saúde confirmou na sexta-feira (13) a primeira morte por mpox do Brasil em 2026, de um morador da capital. Até aquela data, o estado somava 382 casos com confirmação laboratorial no ano. Desses, 258 foram registrados entre 13 de setembro e 13 de novembro, cerca de dois terços do total. Pelo menos 55 pacientes precisaram de internação, a idade média dos infectados é de 33,8 anos e a cidade do Rio concentra 71,2% dos registros estaduais. No país, o Ministério da Saúde contabiliza 1.055 casos confirmados em 2026, mais da metade em outubro e novembro, e enviou ao Rio mais de 2 mil doses de vacina no início do mês, destinadas a grupos específicos.

O que muda agora. No curto prazo, a Secretaria Municipal de Educação terá de repor dias letivos perdidos em novembro, perto do fim do ano escolar. Na saúde, a tendência de alta da mpox deve levar a pedidos de ampliação da vacinação. E, a partir de janeiro, a política de segurança passa a ser responsabilidade de um novo governador, que terá de equilibrar a promessa de mais policiamento com o caixa no vermelho.

MPOX NO ESTADO DO RIO, 2026

382 casos confirmados até 13/11 · 258 deles desde 13 de setembro · 55 internações · 71,2% na capital · idade média de 33,8 anos. Fonte: Secretaria de Estado de Saúde, via Agência Brasil.

ESCOLAS MUNICIPAIS FECHADAS EM 16/11

Complexo da Maré: 41, mais 2 estaduais

Vila Kennedy: 16

Gardênia Azul e Anil: 7

Quitungo e Guaporé: 3 · **Chapadão:** 1

DIREITO · STF · ADIS 8.041 E 8.042

A 6x1 a 30 dias do prazo: o que vale enquanto o Supremo não julga

O pedido de destaque de Luiz Fux zerou os quatro votos que confirmavam a liminar de Flávio Dino; a jornada de 42 horas continua marcada para 16 de dezembro



O ministro Flávio Dino, relator das ADIs 8.041 e 8.042. Imagem: Reprodução

EC 141/2026	75 a 1	16 dez	4 a 0
PROMULGADA EM 16 DE OUTUBRO	PLACAR NO SENADO	JORNADA CAI PARA 42 HORAS	PLACAR ZERADO PELO DESTAQUE

O julgamento no plenário virtual que confirmaria a liminar do ministro Flávio Dino sobre a transição para o fim da escala 6x1 terminaria às 11h desta segunda-feira (16). Não terminou. No sábado (14), o ministro Luiz Fux pediu destaque, e o caso saiu do ambiente virtual. Pelas regras do plenário virtual do Supremo Tribunal Federal, o destaque reinicia o julgamento no plenário físico, sem aproveitamento dos votos já registrados. O placar, que tinha Dino, Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes a favor da liminar, voltou a zero. A data da nova sessão depende do presidente da Corte, Edson Fachin.

O que está em jogo. A Emenda Constitucional 141/2026, promulgada em 16 de outubro após aprovação no Senado por 75 votos a 1, alterou o inciso XIII do artigo 7º da Constituição. O limite da jornada normal cai de 44 para 40 horas semanais, com dois dias de repouso semanal remunerado e sem redução de salário, mantido o teto de oito horas diárias. A transição tem duas etapas: 42 horas a partir de 16 de dezembro de 2026 e 40 horas doze meses depois.

Duas ações diretas de inconstitucionalidade questionam a forma da transição. Na ADI 8.041, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) contesta o prazo de 60 dias da primeira etapa e pede que ela seja transferida para

16 de outubro de 2027, com as 40 horas valendo a partir de 16 de outubro de 2028. A entidade afirma não questionar o fim da escala 6x1 nem os dois dias de descanso. Na ADI 8.042, mais ampla, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) questiona os artigos 1º, 2º, 3º, 5º, 6º, 7º, 9º e 10 da emenda, sobretudo os efeitos sobre acordos e convenções coletivas em vigor, os regimes de compensação de jornada e o tratamento às micro e pequenas empresas. As duas ações tramitam sob a relatoria de Dino, por prevenção.

"Não haverá flexibilização da emenda constitucional nem autorização para a continuidade da escala 6x1." Flávio Dino, relator

O percurso da relatoria. Em 5 de novembro, Dino negou o pedido de liminar da CNC e convocou audiência de conciliação para o dia 10, com entidades patronais e de trabalhadores, Advocacia-Geral da União, Procuradoria-Geral da República e as advocacias da Câmara e do Senado. Ao negar a liminar, registrou que a contestação de uma emenda constitucional "exige demonstração consistente de violação aos limites impostos pela Constituição ao poder de reforma", referência às cláusulas pétreas do artigo 60, parágrafo 4º. Também deixou claro o escopo: "Não estão em discussão a redução da jornada semanal nem a ampliação do repouso semanal remunerado".

Na quinta-feira (12), veio a liminar que agora aguarda o plenário. Dino manteve o calendário da emenda, mas resolveu lacunas de aplicação. A decisão autoriza que empresas adotem, na primeira etapa, jornadas de até 8 horas e 24 minutos por dia, em cinco dias, para distribuir as 42 horas semanais, reforça o papel da negociação coletiva na adaptação das escalas e dá prazo de 180 dias para que o Congresso regulamente os regimes especiais de trabalho previstos na Constituição. Antes de decidir, o ministro afirmou: "Não haverá flexibilização da emenda constitucional nem autorização para a continuidade da escala 6x1".

O outro lado. Parte das críticas veio do próprio Legislativo. Em manifestações enviadas ao Supremo, as advocacias da Câmara e do Senado contestaram trechos da liminar e pediram a preservação dos dispositivos aprovados pelo Congresso, sob o argumento de que alguns ajustes alteram escolhas feitas na emenda. O comércio, que já pediu adiamento até 2028, e o agronegócio pedem mais prazo ou exceções. Centrais sindicais, como a CNM/CUT, criticam as ações patronais e defendem a aplicação integral do calendário.

O efeito prático. O destaque não suspende nada. A liminar de Dino continua em vigor até nova deliberação do plenário, e a própria emenda segue valendo. Para empresas e trabalhadores, isso significa que a jornada máxima cai para 42 horas em 16 de dezembro, com dois dias de folga, e que as escalas podem ser reorganizadas em cinco dias de até 8h24, preferencialmente por acordo ou convenção coletiva. O risco jurídico está no intervalo: se o plenário físico modificar a liminar depois de 16 de dezembro, escalas montadas com base nela podem precisar de novo ajuste. Por isso, advogados trabalhistas recomendam formalizar as mudanças em instrumentos coletivos, que têm proteção própria.

O que muda agora. A atenção passa à pauta de Fachin. Se o julgamento presencial for marcado antes de 16 de dezembro, o Supremo dará a palavra final sobre a transição antes de ela começar. Se não, a primeira etapa entra em vigor sob uma liminar ainda não referendada, cenário raro para uma mudança que alcança dezenas de milhões de contratos de trabalho.

EM UMA LINHA

A liminar vale até o plenário julgar: 42 horas e duas folgas a partir de 16 de dezembro.

DIREITO · STF · EXECUÇÃO PENAL

Moraes: o lugar de cumprimento da pena não é sede de partido

O ministro negou visitas de Valdemar Costa Neto, Rogério Marinho e Tereza Cristina a Jair Bolsonaro, com base na suspensão dos direitos políticos do condenado



O ministro Alexandre de Moraes, no Supremo Tribunal Federal. Imagem: Valor Econômico

Art. 15, III	27a 3m	13 nov	3
CONSTITUIÇÃO FEDERAL	PENA DE BOLSONARO	PEDIDO DA DEFESA	VISITAS NEGADAS

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, negou o pedido da defesa de Jair Bolsonaro para que o ex-presidente recebesse, na residência onde cumpre prisão domiciliar humanitária, o presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, e os senadores Rogério Marinho (PL-RN) e Tereza Cristina (PP-MS). O pedido foi apresentado na sexta-feira (13); a decisão foi divulgada nesta segunda-feira (16). Bolsonaro cumpre pena de 27 anos e 3 meses por liderar a trama golpista julgada pela Primeira Turma, e Moraes é o relator da execução.

Os fundamentos. A defesa não detalhou o objetivo dos três encontros. Para Moraes, porém, é fato público que as reuniões permitiriam a Bolsonaro participar diretamente da coordenação e da decisão sobre a candidatura do PL à presidência do Senado, cuja eleição está marcada para fevereiro de 2027. Marinho e Tereza Cristina disputam a posição de nome da oposição contra a recondução de Davi Alcolumbre (União-AP). O ministro concluiu que os pedidos têm "nítida motivação político-partidária" e ultrapassam finalidades pessoais ou humanitárias.

A base legal é o artigo 15, inciso III, da Constituição, que suspende os direitos políticos enquanto durarem os efeitos de condenação criminal transitada em julgado. Segundo a decisão, a prisão domiciliar humanitária, que substituiu o regime fechado por razões de saúde, não afasta essas restrições. Autorizar as visitas equivaleria a permitir o exercício parcial de direitos políticos durante a pena, o que contraria o texto constitucional. Daí a

frase que resume o despacho: o lugar de cumprimento da pena não pode se tornar "extensão de sede partidária".

Autorizar os encontros transformaria o local de cumprimento da pena em "extensão de sede partidária". Alexandre de Moraes

Como chegamos aqui. As visitas a Bolsonaro estão submetidas a autorização judicial prévia e individualizada. Moraes já havia rejeitado, em ocasiões anteriores, pedidos de acesso livre e contínuo de aliados e de filhos do ex-presidente à residência, mantendo uma lógica semelhante à dos estabelecimentos prisionais, com controle de entrada e janelas de visitação. Ao mesmo tempo, autorizou encontros pontuais, inclusive com políticos, quando entendeu não haver desvio de finalidade. A nova decisão fixa um critério mais claro: reuniões sobre sucessão no Senado ou outros temas eleitorais e partidários estão vedadas.

O outro lado. Até o fechamento desta edição, a defesa de Bolsonaro e o PL não haviam comentado a decisão. Em despachos anteriores de restrição a visitas, Rogério Marinho classificou as medidas como "clara interferência no jogo político" e "desproporcionais", argumento que a oposição costuma associar à crítica de que o Supremo amplia, por decisão monocrática, restrições não previstas em lei. Defensores da decisão lembram que a suspensão dos direitos políticos é efeito automático da condenação, previsto na própria Constituição, e não uma pena adicional.



Sede do Supremo Tribunal Federal, em Brasília. Imagem: STF

O efeito prático. A decisão tem três consequências. Para a defesa, novos pedidos de visita precisarão explicitar finalidade pessoal, familiar, religiosa ou jurídica. Para o PL, a escolha do candidato à presidência do Senado terá de ser feita sem a participação presencial de seu principal líder. E, para a jurisprudência, o despacho delimita o alcance do artigo 15, III, na execução penal: a suspensão dos direitos políticos alcança também a articulação partidária, e não apenas o direito de votar e ser votado.

O que muda agora. A defesa pode recorrer ao plenário ou à Primeira Turma por agravo regimental. Em paralelo, segue no Supremo a revisão criminal proposta pela defesa, que o ministro Kassio Nunes Marques levou ao plenário com parecer contrário da Procuradoria-Geral da República. Na política, a decisão tende a acelerar a definição de um nome único da oposição no Senado, que agora terá de ser costurado sem Bolsonaro na sala.

O QUE DIZ A CONSTITUIÇÃO

Art. 15, III. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.

Na decisão: a prisão domiciliar humanitária não afasta essa suspensão.

Próximo passo: a defesa pode recorrer por agravo regimental.

ECONOMIA E MERCADOS

O dia em que o dólar foi a R$ 5,78

Fiscal, atividade em queda e a correção das empresas de IA em Nova York levam o real ao pior pregão em meses; o Morgan Stanley rebaixa a bolsa brasileira

R$ 5,7777	169.295	-0,9%	13,75%
DÓLAR COMERCIAL, +2,17%	IBOVESPA, -1,83%	IBC-BR NO 3º TRIMESTRE	SELIC



Painel de cotações na sede da B3, em São Paulo. Imagem: Exame

O dólar comercial fechou esta segunda-feira (16) em alta de 2,17%, a R$ 5,7777, o maior valor desde abril de 2025. Na máxima do dia, a moeda chegou a R$ 5,786. O último fechamento acima desse nível havia ocorrido em 21 de abril de 2025, a R$ 5,8067. O Ibovespa caiu 1,83%, aos 169.295,41 pontos, perda de 3.162 pontos, depois de oscilar entre 172.458 e 168.491. No ano, o índice ainda acumula alta de 5,07%; em novembro, de 0,82%. Os juros futuros subiram em toda a curva, com avanços próximos de 40 pontos-base nos momentos de maior tensão e de até 28 pontos-base no fechamento.

Três vetores no mesmo dia. O primeiro foi fiscal. A sessão começou com o Senado prestes a concluir a votação do ajuste, que o mercado considera dependente demais de arrecadação, e com o Planalto ainda sem anunciar o próximo ministro da Fazenda. O segundo foi a atividade. O Banco Central divulgou o IBC-Br de setembro, com queda de 0,2% sobre agosto (variação exata de -0,25%, um pouco melhor que a mediana de -0,3% esperada) e retração de 0,9% no terceiro trimestre, a primeira leitura negativa em um ano e a reversão da alta de 0,3% do segundo trimestre. O dado de agosto foi revisado para baixo. Entre os setores, a agropecuária caiu 1,98% no trimestre, a indústria 1,15% e os serviços 0,46%.

O terceiro vetor veio de fora. Em Nova York, o S&P 500 caiu 1,92% e o Nasdaq, 2,49%, puxados pelas ações ligadas à inteligência artificial às vésperas do balanço da Nvidia, a primeira divulgação sem Jensen Huang no comando. O índice de semicondutores da Filadélfia perdeu 5,28%. O minério de ferro foi ao menor nível em 16 meses, após indicadores fracos da China, e o petróleo também recuou.

O rebaixamento. Pela manhã, o Morgan Stanley cortou a recomendação para ações brasileiras de *equal-weight* (neutra) para *underweight* (abaixo da média) em seu portfólio para a América Latina, dias depois de o UBS fazer movimento semelhante entre emergentes. O banco projeta o Ibovespa em 160 mil pontos no fim de 2027, 7,2% abaixo do fechamento da sexta-feira, e lista os motivos: juros altos que provocam "crowding out" do investimento, risco de queda de 10% a 20% nos lucros das empresas, economia em fim de ciclo sem recuperação estrutural à vista, ausência de um arcabouço que estabilize a dívida e saída contínua de recursos para ativos internacionais. Entre os vizinhos, o banco é *overweight* em Argentina, Chile, México, Peru e Panamá. No Brasil, prefere exportadoras e

empresas com receita em dólar, o que chamou de "Brazil com Z": Petrobras, Embraer, Suzano, JBS, Itaú, BTG Pactual, Sabesp e Axia.

O banco descreve o problema brasileiro como "crowding out": juros altos desestimulam investimento e risco. Morgan Stanley

Quem caiu e quem subiu. A Vale recuou 4,41%, a maior pressão sobre o índice, acompanhando o minério. A Petrobras PN perdeu 2,83%, com o petróleo em baixa e o mercado à espera do plano estratégico, previsto para 23 de novembro. Itaú (-2,29%), Bradesco (-2,00%) e Banco do Brasil (-0,99%) também pesaram, assim como Embraer (-3,07%), Movida (-3,76%) e Localiza (-2,53%). Na ponta positiva, Yduqs subiu 5,02%, CSN Mineração, 3,04%, CPFL, 1,84%, Suzano, 1,28%, e TIM, 1,21%. O Santander Brasil avançou 0,88%.

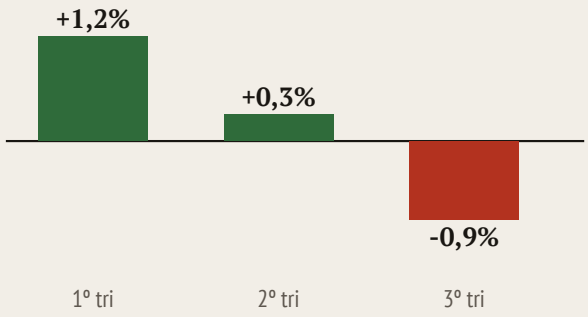
As expectativas. O Boletim Focus desta segunda mostrou a mediana do IPCA de 2026 em 5,11%, abaixo dos 5,22% da semana anterior, mas ainda acima do teto da meta de 4,5%. A projeção da Selic para o fim do ano ficou em 13,75%, o nível atual. Para o PIB, o mercado espera 1,72% em 2026 e 1,02% em 2027. Depois do IBC-Br, casas como XP, Wiser e Finscale passaram a projetar queda de 0,2% do PIB no terceiro trimestre; a XP vê crescimento de apenas 0,3% em 2027. O economista Roberto Luis Troster observa que duas quedas trimestrais seguidas configurariam uma "recessão técnica branda". O IBGE divulga o PIB do trimestre em 2 de dezembro.

O outro lado. Gestores mais otimistas lembram que o Ibovespa segue no positivo no ano, que a inflação de 2026 tem sido revista para baixo e que a aprovação integral do ajuste no Senado, nesta terça, pode reduzir parte do prêmio de risco. O governo argumenta que o pacote é o maior esforço fiscal desde o arcabouço e que os efeitos sobre a dívida aparecem a partir de 2027.

O que muda agora. Câmbio mais alto pressiona a inflação de bens importados e de combustíveis e reduz o espaço para cortes de juros em 2027. Para empresas exportadoras, o real fraco melhora as receitas; para as endividadas em dólar e para o consumo, encarece. A semana tem três testes concretos: a votação dos destaques do ajuste, o balanço da Nvidia, nesta terça após o fechamento, e a estreia da Anthropic na Nasdaq, prevista para quinta-feira.

A atividade virou no 3º trimestre

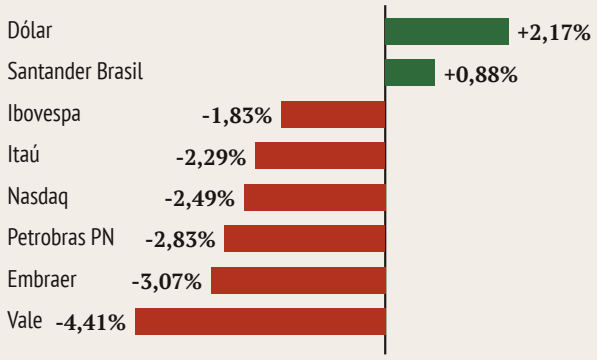
IBC-Br, variação sobre o trimestre anterior, com ajuste sazonal, 2026



Fonte: Banco Central (SGS 24364), via InfoMoney, BPMoney e Melhor Investimento

O pregão de 16 de novembro

Variação no dia, em %



Fontes: B3, Suno, SpaceMoney, CNBC. Dólar comercial; Nasdaq Composite

EM UMA LINHA

Fiscal, atividade e Nova York somados levaram o real ao pior dia em meses.

MUNDO · ORIENTE MÉDIO

Irã abre duas frentes contra os EUA: drones no Bahrein e avanço houthi no Iêmen

Aliados da Arábia Saudita recuam de Bab el-Mandeb, a porta do Mar Vermelho; para o Brasil, o risco chega pelo petróleo, pelos fertilizantes e pelos subsídios aos combustíveis



Destróier da Marinha dos Estados Unidos. Imagem: CNN

6	2	28 fev	5ª Frota
DRONES LANÇADOS CONTRA O BAHREIN	ATAQUES EM TRÊS DIAS	INÍCIO DA GUERRA	SEDIADA NO BAHREIN

O Irã e seus aliados intensificaram, entre domingo (15) e esta segunda-feira (16), a pressão sobre os Estados Unidos e os países do Golfo em duas frentes. No Bahrein, sede da Quinta Frota da Marinha americana, a Guarda Revolucionária Islâmica afirmou à agência Fars ter lançado seis drones contra uma instalação militar dos EUA, um radar, em retaliação ao que chamou de ações hostis. O governo bareinita informou ter interceptado e destruído vários ataques aéreos, as primeiras interceptações de suas defesas desde setembro, e o Ministério do Interior emitiu dois alertas para que moradores buscassem abrigo. Foi o segundo ataque em três dias: na sexta-feira (13), a mesma força alegou ter atingido outro radar, o que o Comando Central americano negou, dizendo ter abatido dois drones sem danos.

No Iêmen, a campanha liderada pela Arábia Saudita contra os houthis, aliados de Teerã, sofreu um revés. As Forças Armadas do Sul, que lutam em nome do governo reconhecido internacionalmente, anunciaram o “remanejamento” de tropas do aeroporto de Dhubab e da área de Bab el-Mandeb, na província de Taiz, para reforçar a defesa de Aden, a capital provisória. A retirada interrompe uma contraofensiva de cerca de seis semanas que

tentava reverter os avanços de setembro, quando os houthis tomaram o litoral do Mar Vermelho e o estreito que controla o acesso a ele.

Antecedentes. A guerra começou em 28 de fevereiro, com ataques dos EUA e de Israel ao Irã, e se espalhou pela região. Teerã passou a mirar bases americanas em países do Golfo com mísseis e drones, e a navegação comercial no Golfo e no Mar Vermelho tornou-se alvo recorrente. Segundo a Reuters, Donald Trump disse a assessores, na sexta-feira, que pode segurar novos ataques ao Irã se Teerã e os houthis não fizerem novas provocações, sem assumir compromisso. O bloqueio naval americano ao território iraniano continua, e a diplomacia segue travada.

Os ataques ao Bahrein devem aumentar a pressão sobre Trump para encerrar a guerra que começou há quase nove meses.

O outro lado. O Irã apresenta os ataques como resposta a ações americanas e insiste que a presença militar dos EUA no Golfo é a origem da instabilidade. O Ministério das Relações Exteriores do Bahrein condenou as ofensivas e acusou Teerã de manter uma estratégia sistemática de hostilidade. Washington afirma que suas rotas e instalações permanecem protegidas.

O impacto para o Brasil. O efeito mais direto é sobre o petróleo. Bab el-Mandeb e o Estreito de Ormuz são passagens críticas para o petróleo do Golfo; qualquer escalada que ameace o fluxo eleva o Brent, e o preço internacional se transmite aos combustíveis no Brasil. Desde a eclosão do conflito, o governo federal adota subsídios para conter o preço do diesel e da gasolina, com custo fiscal que entra justamente na conta do ajuste em votação no Senado. Petróleo mais caro favorece a balança comercial e as receitas da Petrobras, mas pressiona a inflação e o caixa do Tesouro.

Há ainda o canal dos fertilizantes. O Brasil importa a maior parte dos adubos que usa, e produtores do Golfo estão entre os fornecedores de ureia e outros nitrogenados. Fretes e seguros mais caros nas rotas da região encarecem o insumo do agronegócio às vésperas do planejamento da próxima safra. Por fim, o ambiente de aversão a risco que acompanha cada escalada reforça a saída de capital de países emergentes, um dos fatores do dólar a R$ 5,78 nesta segunda.

O que muda agora. O recuo em Bab el-Mandeb aumenta o risco de novos avanços houthis em direção a Aden e amplia o controle do grupo sobre a entrada do Mar Vermelho. No Golfo, a retomada dos ataques ao Bahrein, depois de dois meses de relativa calma, testa a disposição de Trump de manter a pausa. Para o Brasil, o termômetro será o Brent: uma nova alta pressiona a inflação no momento em que o Banco Central já resiste a cortar juros.

OS TRÊS CANAIS ATÉ O BRASIL

Petróleo: Brent mais caro pressiona combustíveis e o custo dos subsídios.

Fertilizantes: fretes e seguros mais caros encarecem a ureia importada.

Câmbio: aversão a risco tira capital de emergentes e enfraquece o real.

MUNDO · TECNOLOGIA E MERCADOS

Nvidia sem Huang arrasta Wall Street na semana da estreia da Anthropic

O Nasdaq cai 2,49% e entra em correção; Washington restringe o acesso chinês a chips por data centers em países terceiros



Jensen Huang, fundador e presidente-executivo da Nvidia. Imagem: Wikipedia

-4,1%	-35%	-2,49%	US$ 1,4 tri
NVIDIA NO DIA	NVIDIA DESDE O RECORDE DE 6 DE OUTUBRO	NASDAQ, A 24.509,76	AVALIAÇÃO BUSCADA PELA ANTHROPIC

As bolsas americanas começaram a semana em forte queda. O Nasdaq Composite recuou 2,49%, a 24.509,76 pontos, e entrou em território de correção, mais de 10% abaixo do recorde de 6 de outubro. O S&P 500 perdeu 1,92%, a 7.416,59 pontos, e o Dow Jones, 1,41%, a 51.608,17. O índice de semicondutores da Filadélfia caiu 5,28%. No centro da venda estava a Nvidia, que perdeu 4,1% no terceiro pregão seguido de baixa desde a renúncia de Jensen Huang. A ação acumula queda de cerca de 35% desde a máxima histórica, o equivalente a aproximadamente US$ 2 trilhões em valor de mercado.

A crise de comando. Huang, cofundador que dirigiu a empresa por 33 anos e a transformou numa companhia de US$ 4 trilhões, deixou o cargo na quinta-feira (12), dias depois de reconhecer um relacionamento extraconjugal; reportagens posteriores apontaram suposta ligação entre uma das mulheres envolvidas e a inteligência chinesa. A diretora financeira, Colette Kress, é CEO interina. O conselho conduz uma investigação independente, com o escritório Wachtell Lipton, sobre se a conduta comprometeu segredos da empresa ou a segurança nacional.

No domingo, o Financial Times informou que Huang discute com pessoas próximas a possibilidade de voltar. Uma petição pelo retorno superou 180 mil assinaturas, com apoio de Elon Musk, Tim Sweeney e Garry Tan, e os investidores Brad Gerstner (Altimeter) e Gavin Baker (Atreides) pediram ao conselho, em carta aberta, que mantenha "todas as opções na mesa". O secretário do Tesouro, Scott Bessent, foi na direção oposta: na Fox News, defendeu uma "mudança dramática" na liderança, a escolha de um sucessor de fora e respostas em dez dias sobre o cumprimento das regras de exportação de chips para a China. Nesta segunda, Donald Trump disse que não se oporia à volta de Huang. Segundo a CNBC, o conselho não considera essa hipótese.

O secretário do Tesouro, Scott Bessent, pediu uma "mudança dramática" na liderança da Nvidia e um sucessor de fora.

Mais restrições. No mesmo dia, o Departamento de Comércio anunciou medidas para limitar o acesso de empresas chinesas a chips avançados de IA por meio de data centers instalados em países terceiros, como Malásia e Tailândia, fechando uma via usada para contornar o veto às exportações diretas. A medida atingiu fabricantes de chips e operadores de nuvem.

A semana decisiva. A Nvidia divulga nesta terça (17), após o fechamento, o balanço do terceiro trimestre fiscal. Analistas esperam receita próxima de US$ 109 bilhões. Na quarta (18), a Anthropic, desenvolvedora do assistente Claude, deve precificar sua oferta inicial de ações, com faixa de US$ 70 a US$ 78 por papel e cerca de 825 milhões de ações, o que avaliaria a empresa em até US$ 1,4 trilhão em base diluída. A estreia na Nasdaq, sob o código ANT, está prevista para quinta-feira (19). Seria o maior IPO de tecnologia do ano depois do da SpaceX, em junho. A OpenAI adiou seus planos de abertura de capital para 2027.

O outro lado. Parte de Wall Street considera a correção exagerada: Morgan Stanley e UBS já haviam classificado como excessiva a venda do setor em semanas anteriores, e o balanço da Nvidia pode reverter o humor se confirmar a demanda por data centers. Os céticos apontam que a crise de governança, as investigações no Congresso americano e as restrições à China criam incertezas que nenhum número trimestral resolve sozinho.

O impacto para o Brasil. O canal é financeiro. A queda das empresas de tecnologia derruba os BDRs negociados na B3 e as carteiras de fundos brasileiros com exposição global, e a aversão a risco nos EUA costuma se traduzir em saída de capital de emergentes e real mais fraco, como se viu nesta segunda. Ao mesmo tempo, a disputa entre Washington e Pequim por capacidade de computação coloca em evidência países que oferecem energia e território para data centers, debate em que o Brasil tenta se posicionar com sua matriz elétrica renovável.

O que muda agora. O resultado da Nvidia na terça e a recepção à Anthropic na quinta vão dizer se a correção é uma pausa ou uma mudança de ciclo no setor que puxou as bolsas mundiais desde 2023.

A SEMANA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Terça (17) Balanço da Nvidia após o fechamento

Quarta (18) Anthropic precifica o IPO

Quinta (19) Estreia da Anthropic na Nasdaq, código ANT

Até 26/11 Prazo de dez dias dado por Bessent à Nvidia

RELIGIÃO · VATICANO

Leão XIV se despede da América do Sul diante de 1,5 milhão de fiéis em Lima

Um mês depois de uma cirurgia de câncer no pulmão, o papa encerrou uma viagem de 12 dias por Uruguai, Argentina e Peru e chega a Roma nesta terça



O papa Leão XIV se emociona diante dos fiéis no Peru. Imagem: DCM

12	1,5 mi	3 mi	71
DIAS DE VIAGEM	FIÉIS EM LIMA, SEGUNDO O EL COMERCIO	EM LUJÁN, A MAIOR MISSA DO PONTIFICADO	ANOS DO PAPA

O papa Leão XIV celebrou nesta segunda-feira (16), na Base Aérea de Las Palmas, no distrito limeño de Santiago de Surco, a última missa de sua primeira viagem apostólica à América Latina. O jornal peruano El Comercio estimou em 1,5 milhão o número de fiéis; outras estimativas falam em até 2 milhões. Muitos passaram a madrugada no local. Antes da missa, o papa visitou uma casa de acolhimento de idosos das Irmãzinhas dos Anciãos Desamparados, em Callao. À tarde, depois da cerimônia oficial de despedida, embarcou num Boeing 787-9 da LATAM, que decolou às 14h28, hora local, com chegada a Roma prevista para as 10h25 desta terça. A rota sobrevoa o Brasil.

Na homilia, Leão XIV tomou como exemplo São Turíbio de Mogrovejo, arcebispo de Lima no século 16, e falou de uma Igreja que "valoriza as diferenças, as sensibilidades e os pensamentos distintos, na unidade da fé". Ao final, agradeceu "pelos abundantes dons e graças" dos dias no país e resumiu: "Minha viagem chega ao fim, mas o tempo da missão continua".

Uma agenda que pôs a saúde à prova. Robert Prevost, de 71 anos, americano naturalizado peruano, que viveu cerca de duas décadas no país como missionário e bispo de Chiclayo, fez a viagem menos de um mês depois de uma cirurgia toracoscópica para retirar parte do pulmão direito, por causa de um câncer. O secretário de Estado, cardeal Pietro Parolin, chegou a questionar a intensidade do roteiro, que previa nove missas, 36 discursos e cerca de 50 compromissos em dez cidades. Com autorização médica, nada foi cortado. No domingo, o papa esteve em Cusco, a 3.400 metros de altitude, e presidiu uma oração na fortaleza de Saqsaywaman; à tarde, celebrou missa para cerca de 100 mil pessoas em Pucallpa, na Amazônia peruana, depois de se reunir com representantes de povos indígenas.

"Minha viagem chega ao fim, mas o tempo da missão continua." Leão XIV, em Lima

Na Argentina, a passagem havia batido recordes. A missa de 11 de novembro em Luján reuniu mais de 3 milhões de pessoas, a maior do pontificado, depois de 2,5 milhões em Buenos Aires. Em seus discursos, Leão XIV defendeu uma economia mais inclusiva, o apoio aos sindicatos e o fim de cortes que atingem a assistência aos pobres, num recado lido como crítica às políticas do presidente Javier Milei, que se despediu dele em lágrimas no aeroporto de Ezeiza.

Por que importa. A viagem tinha como objetivo declarado reavivar a fé numa região em que o número de católicos cai, com a expansão evangélica e o aumento dos sem religião. O Brasil, maior país católico do mundo, não estava no roteiro, mas acompanha de perto: o tom social dos discursos, a defesa dos pobres, a crítica à violência e a preocupação com a queda da natalidade ecoam debates brasileiros. A recuperação física do papa também reduz, por ora, as especulações sobre sua capacidade de manter uma agenda internacional intensa.



Fiéis cercam o papamóvel na Base Aérea de Las Palmas, em Lima. Imagem: Swissinfo

O que muda agora. De volta ao Vaticano, Leão XIV retoma a agenda ordinária. A Santa Sé ainda não anunciou a próxima viagem internacional.

A VIAGEM EM NÚMEROS

12 dias em Uruguai, Argentina e Peru

3 milhões em Luján, a maior missa do pontificado

1,5 milhão em Lima, segundo o El Comercio

3.400 metros de altitude em Cusco

BRIEFING · O AJUSTE FISCAL

Como funciona o ajuste que o Senado vota hoje, e o que pode dar errado

Antecedentes, atores, números e cenários do PLP 299/2026, a primeira grande mudança no arcabouço fiscal desde 2023

LC 200/2023	0,6% a 2,5%	R$ 11,1 tri	R$ 56,1 bi
O ARCABOUÇO QUE O PROJETO ALTERA	BANDA DE CRESCIMENTO REAL DO GASTO	DÍVIDA BRUTA EM SETEMBRO	GANHO PROMETIDO PARA 2027



O Congresso Nacional, em Brasília. Imagem: UOL

1. **De onde vem a regra.** Em agosto de 2023, o Congresso aprovou a Lei Complementar 200, o novo arcabouço fiscal, que substituiu o teto de gastos criado em 2016. A lógica é simples. A despesa federal pode crescer, acima da inflação, o equivalente a 70% do crescimento real da receita, dentro de uma banda: no mínimo 0,6% e no máximo 2,5% ao ano. Ao lado do limite, há metas de resultado primário, a diferença entre o que o governo arrecada e o que gasta antes dos juros, com uma margem de tolerância. Se a meta não é cumprida, mecanismos de correção reduzem o crescimento permitido do gasto nos anos seguintes.

A regra foi pensada para estabilizar a dívida pública aos poucos, com a ajuda de receitas novas. Funcionou enquanto a economia cresceu e a arrecadação surpreendeu para cima. Três anos depois, o quadro mudou. A dívida bruta chegou a R$ 11,1 trilhões em setembro, 82,9% do PIB, o maior patamar desde 2021, segundo o Banco Central. Os juros, com a Selic em 13,75%, elevam o custo da dívida. E a atividade desacelera: o IBC-Br caiu 0,9% no terceiro trimestre.

2. O problema de 2027. Despesas obrigatórias, como Previdência, salários do funcionalismo, benefícios sociais e pisos constitucionais de saúde e educação, crescem por regras próprias, muitas vezes acima do limite geral do arcabouço. Como o total não pode ultrapassar o teto, sobra cada vez menos espaço para as despesas discricionárias, aquelas que o governo pode cortar, como investimentos e custeio da máquina. Para fechar o Orçamento de 2027 dentro da meta sem paralisar ministérios, o governo precisava de dinheiro novo e de ferramentas para conter o gasto. É daí que nasce o PLP 299/2026.

3. O que o projeto faz. O texto aprovado no Senado, um substitutivo do relator Eduardo Braga (MDB-AM) ao projeto apresentado por Jaques Wagner (PT-BA) a pedido do Executivo, tem cinco peças principais. A primeira permite bloqueios

adicionais de despesas para alcançar a meta. A segunda reduz de 2,5% para 2% o teto de crescimento real do gasto a partir de 2027, nos anos em que as medidas de contenção forem acionadas. A terceira corta benefícios tributários, numa redução linear de 10%. A quarta adia parte dos repasses que a União deve aos estados pela Lei Kandir, a Lei Complementar 87/1996, que compensa a desoneração do ICMS nas exportações. A quinta fixa prazo para o Congresso regulamentar os supersalários, remunerações que ultrapassam o teto constitucional por meio de verbas indenizatórias. O texto também exclui do cálculo do piso da saúde a receita extra do petróleo até 2030.

Pelas contas do governo, o conjunto melhora o resultado em até R$ 56,1 bilhões em 2027, número que a imprensa tem apresentado na faixa de R$ 50 bilhões a R$ 60 bilhões. A maior parte vem do lado da receita e da redução de renúncias; o ministro do Planejamento, Bruno Moretti, estima em R$ 15 bilhões apenas o efeito dos cortes nos benefícios fiscais.

O arcabouço foi desenhado para que a despesa cresça menos que a receita. O problema é que a receita parou de crescer no ritmo esperado.

4. Os atores. No governo, a negociação é conduzida pela Fazenda, sob Dario Durigan, e pelo Planejamento, sob Moretti, com Jaques Wagner e Randolfe Rodrigues na articulação parlamentar. No Senado, o presidente Davi Alcolumbre controla o ritmo: foi ele quem adiou os destaques para esta terça. O relator Eduardo Braga quer o texto intacto. A oposição, liderada por Rogério Marinho, apresentou quatro destaques, com Alan Rick e Izalci Lucas. Os governadores, de diferentes partidos, se mobilizaram contra o adiamento da Lei Kandir. Na Câmara, Hugo Motta promete votação rápida. E, à esquerda, mais de 80 deputados de PT, PSOL, PCdoB e PV defendem taxar os mais ricos em vez de conter gastos.

5. Os destaques, um a um. O primeiro retira o adiamento de R$ 12 bilhões em transferências aos estados entre 2027 e 2030, a peça da Lei Kandir. O segundo separa o limite de R$ 3 bilhões anuais para compensações financeiras entre os regimes de previdência, o mecanismo pelo qual a União e os regimes próprios de estados e municípios acertam contas de servidores que mudaram de regime. O terceiro derruba restrições ao uso de créditos tributários pelos contribuintes, um item que interessa às empresas. O quarto trata do crescimento de despesas em determinadas operações, com piso de 0,6%.

6. A aritmética da votação. Projetos de lei complementar exigem maioria absoluta, 41 dos 81 senadores. O texto-base teve 45 votos. Nos destaques supressivos, a discussão regimental é sobre qual lado precisa reunir os 41; o relator sustenta que o ônus é de quem quer retirar o trecho. Na prática, ausências e mudanças de voto de quatro ou cinco senadores bastam para alterar o resultado, o que explica o peso dos governadores, que têm influência direta sobre as bancadas estaduais.

7. Como o mercado lê. Investidores reconhecem que o projeto melhora as contas de 2027, mas apontam três fragilidades. A primeira é a composição: receita e cortes de benefícios dependem do ritmo da economia, que está desacelerando. A segunda é o adiamento de dívidas com os estados, que não reduz despesa, apenas a empurra. A terceira é a ausência de mudanças nas regras de crescimento das despesas obrigatórias, o núcleo do problema. Por isso, o dólar subiu e os juros longos avançaram mesmo depois da aprovação do texto-base. Nesta segunda, o Morgan Stanley citou a falta de um arcabouço capaz de estabilizar a dívida como um dos motivos para rebaixar as ações brasileiras.

8. Os cenários. No primeiro, o mais provável segundo o próprio relator, o Senado rejeita os quatro destaques e envia o texto à Câmara, que o aprova ainda em novembro. O governo fecha o Orçamento de 2027 com as novas regras, e o foco passa à escolha do ministro da Fazenda. No segundo, a oposição derruba o adiamento da Lei Kandir: os estados

preservam R$ 12 bilhões até 2030, o ganho de 2027 encolhe e o governo precisa de compensação, talvez com novo corte de discricionárias. No terceiro, a Câmara altera o texto, o projeto volta ao Senado e a votação final escorrega para dezembro, apertando o calendário do Orçamento. No quarto, o menos provável, o projeto empaca, e o governo entra em 2027 com um Orçamento que dependerá de bloqueios sucessivos para cumprir a meta.

9. O que fica de fora. Nenhum dos cenários resolve a questão estrutural: o crescimento das despesas obrigatórias acima do limite geral. Esse debate, que envolve indexação de benefícios, regras previdenciárias e pisos constitucionais, é politicamente mais difícil e ficou, por ora, para o próximo governo, que começa em 5 de janeiro. O PLP 299 compra tempo. A votação desta terça mostra quanto tempo o Congresso está disposto a vender.

OS QUATRO CENÁRIOS PARA O PLP 299/2026

O que pode acontecer depois da votação desta terça

CENÁRIO 1 · O MAIS PROVÁVEL

Senado rejeita os quatro destaques; a Câmara aprova ainda em novembro e o Orçamento de 2027 fecha com as novas regras.

CENÁRIO 2

Cai o adiamento da Lei Kandir: estados preservam R$ 12 bi até 2030 e o governo precisa de outra compensação.

CENÁRIO 3

A Câmara altera o texto, o projeto volta ao Senado e a votação final escorrega para dezembro.

CENÁRIO 4 · O MENOS PROVÁVEL

O projeto empaca, e 2027 começa dependendo de bloqueios sucessivos para cumprir a meta.

PRINCIPAL · CONVIDADO ESPECIAL

Henrique Neves: “Automatizar um processo ineficiente não o torna melhor”

O colunista de Economia da The Summit fala sobre inteligência artificial sem euforia, os riscos da dependência tecnológica e o que falta às lideranças das empresas brasileiras



Henrique Neves, em escritório com vista para a Enseada de Botafogo. Imagem: Arquivo pessoal

Henrique Neves · Profissional da área de Administração, com atuação voltada à automação, inovação e transformação digital. Acredita no potencial da tecnologia para transformar processos, desenvolver pessoas e construir soluções que impulsionem o futuro das organizações.

Às terças, a The Summit recebe um convidado especial. Nesta edição, Henrique Neves, colunista de Economia da revista, responde a 13 perguntas sobre tecnologia, inovação e transformação digital. Em tempos de euforia com a inteligência artificial, e numa semana em que a crise da Nvidia derrubou as bolsas americanas, ele defende uma visão com os pés no chão: usar a IA para construir automações, sem torná-la uma dependência permanente. As respostas foram publicadas como enviadas pelo entrevistado.

SOBRE VOCÊ E SUA TRAJETÓRIA

1. Quem é você em duas ou três frases? Como começou sua trajetória profissional e o que faz atualmente?

Eu me considero um profissional interessado em tecnologia e inovação, com uma visão bastante voltada à busca por melhorias e à identificação de oportunidades para otimizar o trabalho, reduzindo atividades operacionais e priorizando as atividades analíticas.

Minha trajetória vem sendo construída a partir do contato com desafios e obstáculos encontrados no ambiente profissional. Procuro transformar esses desafios em soluções automatizadas, sempre buscando conhecimento, principalmente na área de inteligência artificial. O objetivo é gerar resultados, economizar tempo e, em determinadas situações, reduzir custos. Atualmente, atuo nesse contexto, acompanhando e contribuindo com iniciativas relacionadas à inteligência artificial e à automação.

2. Qual experiência ou momento da sua trajetória mais transformou sua maneira de enxergar o trabalho, a tecnologia e a inovação?

Acredito que o momento mais importante foi quando entendi que a tecnologia vai muito além de sistemas e ferramentas que simplesmente facilitam algumas atividades da nossa rotina.

Quando comecei a enxergar os processos não apenas como atividades que precisam ser executadas, mas como oportunidades de melhoria, tive uma verdadeira virada de chave. Entendi que inovar não significa necessariamente criar algo completamente novo ou complexo, mas também encontrar maneiras melhores de fazer aquilo que já existe.

SOBRE O MOMENTO DO BRASIL

3. Na sua visão, qual é o maior desafio do Brasil atualmente quando falamos de tecnologia, inovação e desenvolvimento econômico? Por quê?

Acredito que a situação do Brasil seja um pouco mais complexa. Transformar nosso potencial tecnológico em desenvolvimento real ainda é um cenário bastante desafiador.

Temos pessoas extremamente capacitadas, muitas oportunidades e diversas possibilidades de aprimoramento nessa área. Existem soluções que poderíamos desenvolver e aplicar, inclusive em cenários nos quais outros países ainda não avançaram. Entretanto, enfrentamos dificuldades relacionadas à educação, à qualificação profissional e aos investimentos nesse setor.

Acredito que precisamos aproximar o conhecimento acadêmico das necessidades do mercado e criar um ambiente em que empresas de todos os tamanhos consigam aderir a esse tipo de transformação. Dessa forma, mais organizações e pessoas poderiam ter acesso a essas tecnologias e acompanhar essa evolução ao longo dos próximos anos.

4. O que as pessoas e as empresas ainda não entenderam sobre o impacto da tecnologia na transformação do mercado de trabalho?

Muitas pessoas ainda enxergam a tecnologia como uma ameaça aos empregos, e considero esse pensamento bastante equivocado. A inteligência artificial e a automação não representam necessariamente a substituição do trabalho humano, mas uma mudança na maneira como o trabalho é realizado.

Muitas pessoas ainda executam suas atividades de forma bastante ultrapassada, mesmo tendo ferramentas disponíveis que poderiam facilitar sua rotina. A inteligência artificial é apenas mais uma ferramenta, assim como o Excel também é.

Precisamos evoluir e deixar as atividades operacionais para as máquinas, que não precisam pensar, enquanto direcionamos nossa capacidade humana

para as atividades analíticas, que realmente exigem raciocínio.

É uma equação relativamente simples, mas que muitas pessoas ainda não querem aceitar. E acabamos ficando nesse limbo de questionamentos sobre se, um dia, seremos dominados pela inteligência artificial.

5. Qual decisão, política pública ou movimento econômico recente pode ter maior impacto no futuro da indústria brasileira e na sua competitividade?

Vejo os avanços nas discussões sobre a regulamentação da inteligência artificial e as iniciativas voltadas à transformação digital como movimentos bastante interessantes para o futuro do Brasil.

Entretanto, é importante encontrar um equilíbrio entre incentivar a inovação e garantir a segurança. Afinal, estamos constantemente expostos ao compartilhamento de nossos dados com empresas e plataformas que muitas vezes nem conhecemos.

Considero interessante a possibilidade de desenvolvermos nossas próprias tecnologias, embora isso ainda seja bastante difícil, considerando que o Brasil possui diversas outras necessidades e carências estruturais. A tecnologia, embora importante, não é necessariamente a questão mais emergencial do país neste momento.

Se conseguirmos transformar essas iniciativas em oportunidades de investimento, capacitação e desenvolvimento, acredito que poderemos aumentar nossa competitividade internacional. Porém, não podemos deixar de lado outros problemas estruturais do Brasil, que considero mais urgentes do que a própria inteligência artificial e a tecnologia.

SOBRE SUA ÁREA DE ATUAÇÃO

6. O que está mudando nas áreas de tecnologia, automação e transformação digital que poucas pessoas estão percebendo?

Acredito que uma das principais mudanças seja a tentativa de deixar de utilizar a tecnologia apenas para executar tarefas e começar a utilizá-la também para tomar decisões, identificar oportunidades e antecipar problemas.

Entretanto, considero esse movimento um tanto quanto problemático. Estamos atribuindo à inteligência artificial uma capacidade analítica que precisa ser questionada. A inteligência artificial é baseada em dados e informações fornecidos pelos seres humanos. Ela não possui a mesma capacidade analítica, crítica e de compreensão dos problemas que um ser humano possui.

É bastante complexo desenvolver uma ferramenta que realmente consiga reproduzir esse tipo de capacidade, e acredito que ainda estamos longe de alcançar esse nível.

Por isso, considero arriscado avançar indiscriminadamente nesse tipo de utilização da inteligência artificial. Atualmente, seu uso em tarefas repetitivas me parece muito mais prático e confiável do que sua utilização como ferramenta de análise e tomada de decisões, com exceção de situações específicas, como análises baseadas em dados matemáticos.

Portanto, embora esse seja um dos caminhos para os quais estamos avançando, acredito que precisamos ter bastante cautela. É justamente esse movimento que considero preocupante.

“A questão não é se a inteligência artificial vai dominar o mundo, mas como podemos dominá-la.”

7. A inteligência artificial e a automação estão transformando a maneira como trabalhamos. Como as empresas podem utilizar essas ferramentas para ganhar eficiência sem perder o valor humano e a capacidade criativa das pessoas?

Primeiramente, precisamos entender que a tecnologia deve trabalhar a favor das pessoas, e não simplesmente substituí-las.

Quando falamos de inteligência artificial, estamos falando de algo que, na minha visão, não é propriamente inteligente e muito menos artificial. O

próprio nome acaba sendo contraditório, considerando que estamos falando de uma máquina alimentada por seres humanos, que trabalha com modelos matemáticos para produzir respostas aproximadas e interagir de maneira humanizada.

Sempre existe uma participação humana por trás desse processo.

Um exemplo interessante é o chamado Turco Mecânico, uma máquina apresentada no século XVIII como um autômato capaz de jogar xadrez. Diversas pessoas importantes da época, inclusive Napoleão Bonaparte, acreditavam estar diante de uma máquina inteligente, quando, na realidade, havia uma pessoa escondida dentro do mecanismo, controlando os movimentos.

Gosto desse exemplo porque ele demonstra como a percepção humana sobre a tecnologia pode ser diferente daquilo que realmente acontece por trás dela.

Acredito que a inteligência artificial não elimina o valor humano nem a capacidade criativa das pessoas. Pelo contrário, nossa capacidade criativa está justamente em desenvolver ferramentas, robôs e agentes cada vez melhores para otimizar nossas atividades.

A questão não é se a inteligência artificial vai dominar o mundo, mas como podemos dominá-la e utilizá-la da melhor maneira possível para aprimorar e acelerar nosso dia a dia.

8. Qual é a maior oportunidade e qual é o maior risco para o Brasil nos próximos dois anos diante do avanço tecnológico?

Acredito que a maior oportunidade seja aproveitar os avanços da inteligência artificial e da automação para aumentar a produtividade, algo que muitas empresas já estão buscando atualmente.

O Brasil ainda tem muito a avançar nesse cenário. Por outro lado, existe o risco de não acompanharmos essa transformação na mesma velocidade que outros países.

Temos uma desigualdade muito grande no país, e isso também se reflete na desigualdade tecnológica. Democratizar esse tipo de tecnologia é um desafio, não apenas em relação ao acesso, mas também à educação.

São ferramentas com as quais muitas pessoas ainda não estão acostumadas a trabalhar. Mesmo conhecendo sua existência, nem sempre sabem utilizar todo o potencial que uma inteligência artificial pode oferecer.

Por isso, considero fundamental educar e capacitar as pessoas para que consigam utilizar essas ferramentas de maneira mais eficiente, aumentando sua produtividade tanto na vida pessoal quanto no ambiente profissional.

9. Como a automação e a inovação podem transformar processos, aumentar a produtividade e contribuir para o crescimento das organizações?

Acredito que a automação permite que as organizações utilizem melhor seus recursos, reduzindo atividades operacionais repetitivas e otimizando processos.

Entretanto, existe um ponto importante: automatizar um processo ineficiente não significa necessariamente torná-lo melhor. É preciso compreender, questionar e identificar qual é a melhor maneira de realizar determinada atividade.

A inovação acontece justamente quando conseguimos unir tecnologia e visão estratégica para solucionar problemas concretos.

Também considero importante saber automatizar sem depender diretamente da inteligência artificial durante todo o funcionamento do processo. Na minha visão, o ideal é utilizar a IA como suporte para desenvolver e construir soluções automatizadas, mas não necessariamente mantê-la como parte indispensável de toda a execução.

Isso porque, se ocorrer algum problema com a inteligência artificial ou com determinado modelo utilizado, podemos acabar perdendo a automação daquele processo. Essa dependência representa um risco significativo para as empresas.

Existe também a possibilidade de estarmos vivendo um período de grande euforia em torno da inteligência artificial, uma espécie de boom tecno-

lógico que pode sofrer uma retração no futuro. Caso isso aconteça, os modelos de cobrança, as assinaturas e as restrições de utilização podem mudar.

Por isso, acredito que precisamos desenvolver nossas próprias soluções, utilizando nossos sistemas e variáveis sempre que possível, deixando a inteligência artificial como uma ferramenta de apoio à criação, e não como uma dependência permanente.



Henrique Neves. Imagem: Arquivo pessoal

PARA O LEITOR

10. Que conselho você daria a um jovem que deseja construir uma carreira em tecnologia, inovação ou transformação digital?

Sinceramente, não acredito que eu seja a pessoa mais adequada para dar esse tipo de conselho, considerando que minha trajetória ainda está em construção e possui algumas particularidades.

Entretanto, acredito que acompanhar e compreender as transformações tecnológicas dos últimos anos, assim como tentar antecipar o que pode acontecer daqui para frente, é fundamental para construir uma carreira nessa área.

Não basta observar apenas o que acontece na prática. Também precisamos entender como as pessoas pensam, interpretam e enxergam tudo o que está acontecendo.

Atualmente, percebo que existe uma visão muito superficial sobre o que realmente é inteligência artificial. Até mesmo o mercado financeiro demonstra como essa percepção pode ser distorcida, principalmente diante da bolha de expectativas que foi criada em torno dessa tecnologia.

Muitas pessoas utilizam ferramentas de inteligência artificial, mas não sabem o que é um modelo de IA, não conhecem as diferenças entre modelos como Opus e Sonnet, não entendem como uma inteligência artificial é treinada e muito menos compreendem o conceito por trás dessa tecnologia.

Acredito que entender esses fundamentos e manter os pés no chão em relação à tecnologia com a qual trabalhamos já representa um grande passo para quem deseja construir uma carreira nessa área.

11. Qual pessoa, livro, experiência ou ideia mudou sua maneira de enxergar o futuro do trabalho e da tecnologia?

Acredito que posso citar Miguel Nicolelis e Fábio Akita. São duas pessoas que apresentam visões bastante críticas sobre a inteligência artificial e demonstram compreender muito bem as possibilidades e os limites dessa tecnologia.

Miguel Nicolelis aborda bastante os aspectos relacionados à mente humana, à cognição e à maneira como as pessoas utilizam e interpretam a inteligência artificial.

Já Fábio Akita apresenta uma perspectiva mais técnica e operacional, discutindo como as pessoas utilizam essas ferramentas e como deveriam utilizá-las.

Considero que são duas referências interessantes para quem deseja compreender melhor esse cenário com os pés no chão, algo que sinto falta em algumas discussões sobre o assunto, principalmente nas redes sociais.

12. Se você pudesse mudar uma única coisa na cultura das empresas brasileiras para estimular a inovação, o que mudaria?

Sinceramente, eu demitiria todos os CEOs das companhias.

Digo isso porque existem pessoas em cargos muito elevados que não compreendem os riscos, os benefícios e o verdadeiro potencial das ferramentas tecnológicas que pretendem implementar.

Muitas vezes, essas pessoas estão tão distantes da operação que não entendem como os processos abaixo delas realmente funcionam. Mesmo assim, querem substituir profissionais e atividades por ferramentas tecnológicas sem ter o mínimo discernimento sobre como aquele trabalho é realizado.

O problema é que essas decisões são tomadas, muitas vezes, com base em discursos de redução de custos e promessas de eficiência.

Uma empresa pode decidir substituir determinado processo por uma ferramenta pela expectativa de pagar menos, mas não considerar que, no longo prazo, as assinaturas podem ficar mais caras, os custos de utilização podem aumentar e as condições de acesso podem mudar.

Além disso, a organização pode acabar ficando refém de uma tecnologia sobre a qual não possui controle. E, caso aconteça algum problema, quem tomou a decisão talvez nem saiba como aquele processo funcionava originalmente.

Não acredito que o problema esteja necessariamente nas empresas que desenvolvem essas ferramentas ou nas empresas contratadas para implementá-las. Elas estão oferecendo uma solução e prestando um serviço. A responsabilidade também está em quem toma a decisão de contratar sem compreender aquilo que está adquirindo.

Acredito que estamos vivendo um cenário de grande euforia em torno da inteligência artificial. E todo período de expansão exagerada pode ser seguido por um processo de retração.

Quando isso acontecer, os modelos de pagamento poderão mudar, as restrições de utilização poderão aumentar e os custos poderão se tornar menos atrativos.

Por isso, acredito que a visão das empresas, principalmente de suas lideranças, precisa mudar. É necessário compreender os processos antes de tentar substituí-los por tecnologia. Caso contrário, muitas organizações poderão descobrir tarde demais que trocaram um problema conhecido por uma dependência tecnológica que não sabem administrar.

13. Complete a frase: "O futuro pertence a quem..."

Sabe cair e levantar, e não apenas a quem sabe ficar de pé.

COMPLETE A FRASE

"O futuro pertence a quem sabe cair e levantar, e não apenas a quem sabe ficar de pé."

"Automatizar um processo ineficiente não significa necessariamente torná-lo melhor." HENRIQUE NEVES



Matheus Senra

COLUNA · MATHEUS SENRA

O Rio não pode se acostumar com escola fechada

Segurança pública que não mede o custo para as crianças está contando só metade da conta

RASCUNHO · PARA REVISÃO DO AUTOR

Nesta segunda-feira, 41 escolas municipais da Maré não abriram. Somadas às de Vila Kennedy, Anil, Gardênia Azul, Brás de Pina e Chapadão, foram 68 escolas fechadas na cidade num único dia. A notícia ocupou um canto dos jornais, como ocupa toda semana. É exatamente isso que me preocupa: o Rio passou a tratar como rotina algo que, em qualquer outro lugar, seria escândalo.

Não escrevo contra a polícia. Quem conhece a realidade das comunidades sabe que o domínio armado das facções é a primeira e maior violência contra os moradores. Barricada incendiada às cinco da manhã não é obra da PM. O Estado tem o dever de entrar onde a lei não entra, e os policiais que fazem isso arriscam a vida. O problema não é a existência de operações; é a ausência de um critério que leve em conta o que elas custam para quem não tem nada a ver com o crime.

Os números da Redes da Maré deveriam constar de todo planejamento de segurança: entre 2016 e 2025, as 49 escolas do complexo ficaram 163 dias sem aula. Uma criança que entrou no primeiro ano em 2016 e terminou o fundamental em 2025 perdeu quase um ano letivo inteiro. Não por greve, não por pandemia, mas por tiroteio. Some-se a isso o estudo do Unicef com o Fogo Cruzado: quase 190 mil alunos da rede municipal tiveram o trajeto para a escola interrompido pela violência em dois anos e meio. Educação é a política de segurança de longo prazo. Quando o curto prazo a destrói, o ciclo se fecha sobre si mesmo.

Educação é a política de segurança de longo prazo.

O que defendo é simples e não depende de ideologia. Primeiro, operações planejadas devem ter metas públicas e balanço público: quantos mandados, quantas prisões, quantas armas, quanto tempo de escola e de posto de saúde fechados. O que não se mede não se corrige. Segundo, a rede municipal precisa de um protocolo integrado com a Secretaria de Segurança, com comunicação prévia às direções sempre que possível e com plano de reposição automática

dos dias perdidos. Terceiro, inteligência antes de confronto: investigação financeira das facções, controle de armas e cooperação com a Polícia Federal produzem resultados mais duradouros do que a 17ª incursão no mesmo território.



Escola municipal no Complexo da Maré. Imagem: Estadão

Há também uma questão de responsabilidade política. O governador eleito promete 15 mil novos policiais, e a cidade precisa de mais policiamento, sobretudo ostensivo e de proximidade. Mas efetivo sem estratégia é só mais gente fazendo a mesma coisa. E o estado começa 2027 com um déficit próximo de R$ 14 bilhões. Cada real gasto em segurança terá de mostrar resultado, e resultado inclui escola aberta.

Na Câmara Municipal, há espaço para agir. A cidade pode exigir, por lei, relatórios periódicos sobre o impacto da violência armada na rede de ensino, fortalecer programas de contraturno nas áreas mais afetadas e garantir que nenhuma criança termine o ano com menos dias letivos do que a lei assegura. São medidas modestas, mas concretas, e tiram o tema do noticiário e o colocam no orçamento.

O Rio já se acostumou com muita coisa. Não pode se acostumar com isso. Uma cidade que aceita fechar dezenas de escolas numa segunda-feira qualquer está dizendo às suas crianças mais pobres que o futuro delas pode esperar. Não pode.

“Uma cidade que aceita fechar dezenas de escolas numa segunda-feira qualquer está dizendo às suas crianças mais pobres que o futuro delas pode esperar.”

MATHEUS SENRA

SERVIÇO

Agenda de amanhã

O que acompanhar a partir de terça-feira, 17 de novembro.

TERÇA · SENADO	Sessão deliberativa conclui a votação dos quatro destaques do ajuste fiscal (PLP 299/2026). Na CAE, o ministro da Fazenda debate a alíquota da CBS.
TERÇA · CÂMARA	Comissão especial da PEC da maioridade penal faz audiência pública às 14h30, no plenário 3. Sessão solene pelos 60 anos do FGTS, às 11h.
TERÇA · MERCADOS	Nvidia divulga o balanço do 3º trimestre fiscal após o fechamento em Nova York, o primeiro sem Jensen Huang.
TERÇA · VATICANO	Leão XIV chega a Roma às 10h25 (hora local), encerrando a viagem a Uruguai, Argentina e Peru.
QUARTA	Anthropic precifica a oferta inicial de ações. Segunda audiência sobre a maioridade penal na Câmara, às 14h30.
QUINTA	Estreia da Anthropic na Nasdaq, sob o código ANT. Trump, Xi e Putin se reúnem em Shenzhen, na cúpula da Apec.
NO RADAR	Plano estratégico da Petrobras, previsto para 23 de novembro. PIB do 3º trimestre, pelo IBGE, em 2 de dezembro. Definição do ministro da Fazenda.

DATAS JÁ MARCADAS NO CALENDÁRIO

23 de novembro Plano estratégico da Petrobras

2 de dezembro PIB do 3º trimestre, pelo IBGE

16 de dezembro Jornada máxima cai para 42 horas

5 de janeiro Posse do quarto mandato de Lula

1º de fevereiro Eleições para as Mesas da Câmara e do Senado

SERVIÇO

Fontes

Todos os números, nomes e datas desta edição foram conferidos em pelo menos duas fontes publicadas em 16 de novembro de 2026 ou nos dias imediatamente anteriores.

EDITORIAL E ECONOMIA

- Banco Central do Brasil: IBC-Br de setembro de 2026 (SGS 24364); Boletim Focus de 16/11/2026; dívida bruta do governo geral (via Agência Brasil)
- InfoMoney: "Morgan rebaixa Brasil para underweight e vê Ibovespa a 160 mil pontos em 2027"; "Queda do IBC-Br confirma freio na economia no 3º tri"
- Suno: fechamento do Ibovespa e maiores altas e baixas, 16/11/2026
- SpaceMoney e Canal Rural: fechamento do Ibovespa e do dólar, 16/11/2026
- Plox (com dados da Folha de S.Paulo): máxima do dólar e comparação com 21/04/2025
- ADVFN: juros futuros, 16/11/2026
- Exame, Forbes Brasil e Times Brasil: rebaixamento do Morgan Stanley
- BPMoney e Mercado Hoje: IBC-Br e Focus

BRASIL · AJUSTE FISCAL

- Agência Senado: "Plenário retoma votação de medidas de ajuste fiscal nesta terça" (16/11/2026); PLP 299/2026
- Tribuna do Planalto e Agência Pública: autores e conteúdo dos destaques
- Brasil 247: declarações do relator Eduardo Braga
- O Tempo, Estado de Minas, ND Mais, Vermelho e O Observador (Carta Capital): calendário e críticas
- Gazeta do Povo: propostas de tributação de deputados do PT e aliados
- ClicRDC: corte linear de 10% nos benefícios tributários

BRASIL · GOVERNO

- TV Sim Brasil, com informações do g1: os quatro nomes para a Fazenda
- InfoMoney e Brasil 247: Mercadante descarta a Fazenda
- Congresso em Foco, A Crítica e BPMoney: disputa pela presidência do Senado
- Agência Senado e Tribuna do Sertão: posse em 5 de janeiro de 2027

RIO DE JANEIRO

- Voz das Comunidades: escolas fechadas e dados da Redes da Maré e do Unicef/Fogo Cruzado
- Agenda do Poder, Revista Sociedade Militar e GB News: detalhes da operação na Maré
- Agência Brasil: "Rio de Janeiro tem primeira morte confirmada por mpox no país"
- ND Mais e Fato Paulista: casos de mpox no país
- Diário do Rio e Correio da Manhã: transição do governador eleito Douglas Ruas

DIREITO

- Migalhas, Conjur, Revista Fórum e TAGD Advogados: ADIs 8.041 e 8.042
- Gazeta do Povo, O Povo, SP Diário, Cidades em Foco e NC News: liminar de Dino e destaque de Fux
- Congresso em Foco: declaração de Flávio Dino em 11/11/2026
- Metrópoles: "Moraes vê motivo político ao negar visita de Marinho e Tereza a Bolsonaro"
- Gazeta do Povo e ND Mais: decisão sobre as visitas

MUNDO

- Agência Brasil e InfoMoney (Reuters): ataques ao Bahrein e recuo no Iêmen
- O Cafezinho e 24 Notícias: alertas no Bahrein e ataque de 13/11
- CNN, CNBC e Fortune: queda de Wall Street, Nvidia e Jensen Huang
- Jornal Económico e TradingKey: fechamentos e restrições do Departamento de Comércio
- Times Brasil (CNBC) e BPMoney: IPO da Anthropic

RELIGIÃO

- Vatican News: missa na Base Aérea de Las Palmas
- ACI Digital: partida para Roma
- El Comercio e RPP (Peru): público e programação
- Swissinfo (AFP) e Diário de Pernambuco (AFP): Cusco, Pucallpa e Luján

AGENDA

- Agência Senado, Portal da Câmara dos Deputados e A Crítica: pauta de 17 e 18/11
- CNN: balanço da Nvidia; Times Brasil e Fast Company Brasil: calendário do IPO da Anthropic

THE SUMMIT

Política, economia, religião e direito,
temas juntos e misturados.

SALVE E COMPARTILHE · ATÉ A PRÓXIMA EDIÇÃO

EDIÇÃO Nº 7 INSTITUTO DIREITO DE TODOS 17 NOV 2026